

GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA

Termo de Referência 45/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
45/2026	120636-GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA	ANA PAULA GUIMARAES SILVA	18/03/2026 15:19 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		67532.000790/2026-33

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação Serviço gráficos e serviços de áudio, vídeo e foto, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE	QTD	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	ADESIVO AUTOCOLANTE TRANSPARENTE PARA APLICAÇÃO EM PORTA DE VIDRO, MEDINDO 4 X 4 CM (A X L) COM FUNDO BRANCO EM SERIGRAFIA, COM O SÍMBOLO DA FOLHA DE ACANTO.	18961	UN	10	R\$ 5,08	R\$ 50,80
2	ADESIVO AUTOCOLANTE TRANSPARENTE PARA APLICAÇÃO EM PORTA DE VIDRO, MEDINDO 50 X 43 CM (A X L) COM FUNDO BRANCO EM SERIGRAFIA, COM O SÍMBOLO DA FOLHA DE ACANTO.	18961	UN	9	R\$ 57,20	R\$ 514,80
	ADESIVO AUTOCOLANTE TRANSPARENTE PARA APLICAÇÃO EM PORTA DE VIDRO, MEDINDO 50 X 43 CM (A X L) COM FUNDO BRANCO EM SERIGRAFIA, COM O SÍMBOLO DA					

3	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE LAGOA SANTA.	18961	UN	10	R\$ 57,74	R\$ 577,40
4	ADESIVO AUTOCOLANTE TRANSPARENTE PARA APLICAÇÃO EM PORTA DE VIDRO, MEDINDO 50 X 43 CM (A X L) COM FUNDO BRANCO EM SERIGRAFIA, COM O SÍMBOLO DO GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA.	18961	UN	4	R\$ 683,19	R\$ 2.732,76
5	ÁLBUM FOTOGRÁFICO NO TAMANHO 20X25 CM , DIAGRAMADO E ENCADERNADO, COM CAPA DURA E FOTOGRÁFICA, MODELO PANORÂMICO EM LAMINAÇÃO UV COM LOMBADA OU ABERTURA 180 GRAUS, MIOLO ENCADERNADO, IMPRESSO EM PAPEL FOTOGRÁFICO ESPECIAL, GRAMATURA 800GR, COM 80 PÁGINAS (CAPACIDADE PARA ATÉ 100 FOTOS) ACONDICIONADO EM ESTOJO DE MADEIRA REVESTIDO EM COURINO. INCLUINDO GRAVAÇÃO EM BAIXO/ALTO RELEVO NA CAPA E NO ESTOJO. ARTE E DIAGRAMAÇÃO A SER APROVADA PELA OM SOLICITANTE.	6050	UN	3	R\$ 1.514,57	R\$ 4.543,71
	ÁLBUM FOTOGRÁFICO NO TAMANHO 20X30 CM , DIAGRAMADO E ENCADERNADO, COM CAPA DURA E FOTOGRÁFICA, MODELO PANORÂMICO EM LAMINAÇÃO UV COM LOMBADA OU ABERTURA 180 GRAUS, MIOLO ENCADERNADO, IMPRESSO EM PAPEL FOTOGRÁFICO ESPECIAL, GRAMATURA 800GR, COM 80 PÁGINAS (CAPACIDADE PARA ATÉ 100 FOTOS) ACONDICIONADO EM ESTOJO DE MADEIRA REVESTIDO EM COURINO. INCLUINDO GRAVAÇÃO EM BAIXO/ALTO RELEVO NA CAPA E NO ESTOJO. ARTE E DIAGRAMAÇÃO A SER					

6	APROVADA PELA OM SOLICITANTE	6050	UN	3	R\$ 1.561,67	R\$ 4.685,01
7	AQUISIÇÃO DE BANNERS (LONA DE SINALIZAÇÃO), EM LONA, NO FORMATO DE 1,20 M (COMPRIMENTO) X 0,80 M (ALTURA), COM ACABAMENTO EM ILHÓS. OBS: A ARTE SERÁ ENTREGUE PELA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIDADE SOLICITANTE. A EMPRESA DEVERÁ ENTREGAR O MATERIAL EM UM PRAZO DE ATÉ 8 (OITO) DIAS APÓS A ENTREGA DA ARTE. DEVERÃO SER INCLUSOS NO VALOR 05 (CINCO) TAXAS DE ENTREGA DE TODOS OS BANNERS.	17906	UN	8	R\$ 110,98	R\$ 887,84
8	AQUISIÇÃO DE BANNERS (LONA DE SINALIZAÇÃO), EM LONA, NO FORMATO DE 3,00 M (COMPRIMENTO) X 0,80 M (ALTURA), COM ACABAMENTO EM ILHÓS. OBS: A ARTE SERÁ ENTREGUE PELA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIDADE SOLICITANTE. A EMPRESA DEVERÁ ENTREGAR O MATERIAL EM UM PRAZO DE ATÉ 8 (OITO) DIAS APÓS A ENTREGA DA ARTE. DEVERÃO SER INCLUSOS NO VALOR 05 (CINCO) TAXAS DE ENTREGA DE TODOS OS BANNERS.	14249	UN	12	R\$ 126,38	R\$ 1.516,56
9	AQUISIÇÃO DE BANNERS (LONA DE SINALIZAÇÃO), EM LONA, NO FORMATO DE 5,0 M (COMPRIMENTO) X 1,50 M (ALTURA), COM ACABAMENTO EM ILHÓS. OBS: A ARTE SERÁ ENTREGUE PELA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIDADE SOLICITANTE. A EMPRESA DEVERÁ ENTREGAR O MATERIAL EM UM PRAZO DE ATÉ 8 (OITO) DIAS APÓS A ENTREGA DA ARTE. DEVERÃO SER INCLUSOS NO VALOR 02 (DUAS) TAXAS DE ENTREGA DOS BANNERS.	17906	UN	5	R\$ 575,28	R\$ 2.876,40
	BANNER DE LONA PADRÃO					

10	COM NO MÍNIMO DEZ ARTES VISUAIS, FORMATO APROXIMADO DO BANNER: 0,80 X 1,20M, MÍDIA: IMPRESSÃO DIGITAL UV 1800 DPIS EM LONA FOSCA, ACABAMENTO DO BANNER: BASTÃO COM CORDA DE NYLON RESISTENTE, PONTEIRAS DE PLÁSTICO NAS LATERAIS DO BASTÃO, COM TRIPÉ DE SUPORTE PARA O BANNER DE 1,80M DE ALTURA EM SUA TOTALIDADE IDEAL, EM ALUMÍNIO ANODIZADO FOSCO COM UMA HASTE TELESCÓPICA DE BASE ARTICULADA, COM ENGATE RÁPIDO DE PLÁSTICO RESISTENTE, COM OS PÉS ANTIDERRAPANTES TAMBÉM EM PLÁSTICO, NA SUA PONTA UMA PONTEIRA PLÁSTICA COM FRISO PARA QUE O BANNER FIQUE PENDURADO PELA CORDA. MEDIDAS DO TRIPÉ: ALTURA REGULADA APROXIMADA DE 0,97M (FECHADO) A 1,80M (TOTALMENTE ABERTO), PESO APROXIMADO DE 650GR, MEDIDA DA BASE APROXIMADA DE 0,37M DE LARGURA X 0,25M DE ALTURA. ARTE A SER FORNECIDA PELA OM SOLICITANTE.	16390	UN	15	R\$ 205,50	R\$ 3.082,50
11	BANNERS TIPO "ROLL UP", VERTICAL, NAS DIMENSÕES 1,00 X 2,00M, LONA 330 GRAMAS, IMPRESSÃO DIGITAL DE ALTA RESOLUÇÃO, 4 X 0 CORES, COM ESTRUTURA DE MONTAGEM E BOLSA PARA TRANSPORTE. ARTE A SER FORNECIDA PELA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIDADE SOLICITANTE.	25054	UN	8	R\$ 436,67	R\$ 3.493,36
	BANNERS TIPO "ROLL UP", VERTICAL, NAS DIMENSÕES 80 X 2,00M, LONA 330 GRAMAS, IMPRESSÃO DIGITAL DE ALTA RESOLUÇÃO, 4 X 0					

12	CORES, COM ESTRUTURA DE MONTAGEM E BOLSA PARA TRANSPORTE. ARTE A SER FORNECIDA PELA OM SOLICITANTE.	14249	UN	52	R\$ 412,76	R\$ 21.463,52
13	BLOCO DE ANOTAÇÕES EM PAPEL COUCHÊ FOSCO (GRAMATURA DE 170 GRAMAS), DIMENSÕES A5 (14,8 CM X 21 CM), COM ARTE PERSONALIZADA (CAPA E CONTRACAPA) A SER FORNECIDA PELA OM SOLICITANTE.	18929	UN	310	R\$ 5,06	R\$ 1.568,60
14	BLOCO DE ANOTAÇÕES TAMANHO 15X21 COM 50FLS GRANDE, CAPA E CONTRA CAPA EM KRAFT 80 GRAMAS, BLOCADO COM COLA BRANCA NO MENOR LADO MIOLO EM OFF SET63 GRAMAS (SULFITE BRANCO) LISO SEM PAUTAS. ARTE A SER FORNECIDA PELA OM SOLICITANTE.	18929	UN	200	R\$ 6,31	R\$ 1.262,00
15	CANECA DE PORCELANA BRANCA, CLASSE AAA, NO TAMANHO 9,5 CM X 8,5 CM E 325ML. ARTE A SER ENVIADA PELA OM REQUISITANTE	22039	UN	639	R\$ 35,75	R\$ 22.844,25
16	CANETA ESFEROGRÁFICA EM METAL COM 1,5KM DE ESCRITA TINTA AZUL, CARGA PLUS, COR PRATA. INCLUSO EMBALAGEM DE VELUDO. ARTE A SER FORNECIDA PELA OM SOLICITANTE.	22039	UN	965	R\$ 26,51	R\$ 25.582,15
17	CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL: METAL, COR DA ESTRUTURA: PRETA QUANTIDADE CARGAS 1 UN, COR: TINTA AZUL, ACIONAMENTO: RETRÁTIL . CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PERSONALIZADA COM LOGOMARCA DA OM.	21709	UN	1265	R\$ 9,32	R\$ 11.789,80
	CARTÃO DE ANIVERSARIANTES EM PAPEL COUCHE BRANCO MEDINDO 150 MM DE LARGURA E 100MM DE ALTURA. CARTÃO COM O LOGOTIPO DA UNIDADE SOLICITANTE TIMBRADO NO LADO SUPERIOR ESQUERDO NAS MEDIDAS					

18	2,00 CM DE ALTURA E 1,5 CM DE LARGURA. ARTE A SER ENVIADA PELA OM SOLICITANTE.	15423	UN	1500	R\$ 3,14	R\$ 4.710,00
19	CARTÃO DE SAÚDE DE AERONAVEGANTE, 100 X 60 MM, 2X0 CORES, CONFECCIONADO EM APERGAMINHADO 90G/M2. MICROSERILHA E 1 DOBRA. MODELO A SER FORNECIDO PELO ESQUADRÃO DE SAÚDE DE LAGOA SANTA.	15423	UN	1000	R\$ 1,38	R\$ 1.380,00
20	CERTIFICADOS E/OU DIPLOMAS DE CONCLUSÃO DE CURSO. FORMATO: 21X29CM; CORES: 4X0; MATERIAL: COUCHÉ 250G; ACABAMENTO: FOSCO	18422	UN	520	R\$ 3,51	R\$ 1.825,20
21	COPO PARA CAFÉ EM FIBRA DE BAMBU, COM TAMPA DE ROSCA E TIPO STARBUCKS, DE 450ML, PERSONALIZADO COM ARTE A SER ENVIADA E APROVADA PELO SOLICITANTE. A ARTE SERÁ IMPRESSA EM AMBOS OS LADOS.	21709	UN	1305	R\$ 12,33	R\$ 16.090,65
22	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO, CONFECCIONADA EM PAPEL APERGAMINHADO 63 GR/M2, TAMANHO 14 X 21 CM, 1X 0 COR PRETA, BLOCO COM 50 FOLHAS, 50 X 1, FOTOLITO INCLUSO. MODELO A SER FORNECIDO PELO ESQUADRÃO DE SAÚDE DE LAGOA SANTA.	5460	UN	1000	R\$ 10,34	R\$ 10.340,00
23	ENVELOPE EM PAPEL COUCHE BRANCO MEDINDO 24CM DE LARGURA E 34CM DE COMPRIMENTO. A FRENTE DO ENVELOPE COM LOGOTIPO DA UNIDADE TIMBRADO NO LADO SUPERIOR ESQUERDO NAS MEDIDAS DE 2,5 CM DE ALTURA	19348	UN	350	R\$ 2,52	R\$ 882,00
	ENVELOPE EM PAPEL COUCHE BRANCO MEDINDO 162MM DE LARGURA E 112MM DE ALTURA, COM O ENDEREÇO E NOME DA UNIDADE ESCRITO EM					

24	PRETO E CENTRALIZADO NO VERSO. ENVELOPE COM LOGOTIPO DA UNIDADE TIMBRADO NO LADO SUPERIOR ESQUERDO NAS MEDIDAS DE 2,5 CM DE ALTURA.	25054	UN	900	R\$ 1,51	R\$ 1.359,00
25	ETIQUETA AUTO-ADESIVA, MATERIAL: PAPEL, COR: VERMELHA, FORMATO: REDONDA, DIÂMETRO: 12 MM, APRESENTAÇÃO: FOLHA COM 210 ETIQUETAS	18902	UN	100	R\$ 4,77	R\$ 477,00
26	FICHA DE INSPEÇÃO DE SAÚDE ESPECIAL, CONFECCIONADA EM PAPEL APERGAMINHADO 75 GR/M2, TAMANHO 42 X 31 CM, 1X 1 COR PRETA, UMA DOBRA, FOTOLITO INCLUSO, CONFORME MODELO A SER FORNECIDO PELA SUBDIVISÃO DE SAÚDE DO CIAAR.	3735	UN	1000	R\$ 2,66	R\$ 2.660,00
27	FOLDERS TAMANHO A4, 1 DOBRA NO FORMATO PAISAGEM, PAPEL COUCHÊ, 4X4 CORES, GRAMATURA ENTRE 150 E 170G/CM2, ARTE A SER FORNECIDA PELA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIDADE SOLICITANTE.	22039	UN	600	R\$ 1,64	R\$ 984,00
28	FOTO 20 CM X 30 CM, EM ALTA RESOLUÇÃO, DE MODO A SER FIXADA MOLDURAS DE MADEIRA ENVERNIZADA DE 6CM DE LARGURA CONFORME NOVO RISAER (RCA 34-1 /2018), ART 385.	6050	UN	24	R\$ 163,96	R\$ 3.935,04
29	FOTO 30 CM X 40 CM, EM ALTA RESOLUÇÃO, COM MOLDURAS DE MADEIRA ENVERNIZADA DE 6CM DE LARGURA CONFORME NOVO RISAER (RCA 34-1 /2018), ART 385	6050	UN	20	R\$ 189,90	R\$ 3.798,00
30	FOTO 40 CM X 50 CM, EM ALTA RESOLUÇÃO, COM MOLDURAS DE MADEIRA ENVERNIZADA DE 6CM DE LARGURA CONFORME NOVO RISAER (RCA 34-1 /2018), ART 385	13137	UN	30	R\$ 360,18	R\$ 10.805,40
31	FOTOGRAFIA EM ALTA RESOLUÇÃO COLORIDA DE MEDIDA 40 X 70 CM.	12688	UN	20	R\$ 66,98	R\$ 1.339,60

32	IMPRESSÃO DE BANNERS TIPO "ROLL UP", VERTICAL, NAS DIMENSÕES 1,00 X 2,00 M, LONA 330 GRAMAS, IMPRESSÃO DIGITAL DE ALTA RESOLUÇÃO, 4 X 0 CORES, COM ESTRUTURA DE MONTAGEM E BOLSA PARA TRANSPORTE. ARTE A SER FORNECIDA PELA OM SOLICITANTE	25054	UN	10	R\$ 412,33	R\$ 4.123,30
33	LIVRO HISTÓRICO, COM MIOLO NO FORMATO 297MM X 210MM, COM 200 PÁGINAS EM PAPEL APERGAMINHADO 63G/M², 1X1 CORES, CAPA DURA NO FORMATO 297MM X 210MM, COM IDENTIFICAÇÃO CONFORME MODELO A SER INFORMADO PELA OM A SER GRAVADA NA COR PRATA.	10049	UN	3	R\$ 596,22	R\$ 1.788,66
34	LIVRO HISTÓRICO, COM MIOLO NO FORMATO 297MM X 430MM, COM 200 PÁGINAS EM PAPEL APERGAMINHADO 120G/M², 1X1 CORES, CAPA DURA NO FORMATO 297MM X 430MM, COM IDENTIFICAÇÃO CONFORME MODELO A SER INFORMADO PELA OM A SER GRAVADA NA COR PRATA	10049	UN	2	R\$ 693,00	R\$ 1.386,00
35	MAQUETE DE AVIÃO T-27 TUCANO MODERNIZADO, EM RESINA E FIBRA (SISTEMA EPOXÍDIO - ISENTO DE "BLUSHING"), NO TAMANHO 25 X 23 CM; COMPOSIÇÃO EM RESINA EPÓXI TRANSPARENTE SQ-2001; MANTA DE FIBRA DE VIDRO; FUNDO PU, A. SÓLIDO; ADESIVOS DE ALTO CONTATO; TINTAS POLIÉSTER E DUCO; VERNIZ ULTRA CLAREAR 8.1; ACOMPANHA: PEDESTAL EM ACRÍLICO, NO TAMANHO 14 X 10 X 9 CM, NA ESPESSURA DE 04 MM, PARA FIXAÇÃO DA MAQUETE.	18880	UN	82	R\$ 482,95	R\$ 39.601,90
	MEDALHA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, COM O TAMANHO DE 100					

36	MM DE DIÂMETRO E CENTRO LISO COM 60 MM DE DIÂMETRO. NO LADO DIREITO DA MEDALHA UM RAMO EM ALTO RELEVO E NA PARTE SUPERIOR VAZADA. ESPESSURA MÁXIMA DE 3,3 MM. METALIZADA NA COR DOURADA, PRATA OU BRONZE. SUPORTE PARA FITA COM 2,5 CM DE LARGURA. A MEDALHA PODE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM NAS CORES AZUL, AMARELA, BRANCA OU VERDE COM 1,5 CM DE LARGURA OU FITA DE GORGORÃO NAS CORES AZUL, AZUL-AMARELO- OU VERDE-AMARELA COM 2,5 CM DE LARGURA. ARTE E QUANTIDADES A SER FORNECIDA PELA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIDADE SOLICITANTE.	17760	UN	620	R\$	47,91	R\$	29.704,20
37	PASTA A4 EM LINHO SINTÉTICO E COURO SINTÉTICO. BLOCO: 20 FOLHAS PAUTADAS. PLACA METÁLICA COM ACABAMENTO EMBORRACHADO. ACESSÓRIOS NÃO INCLUSOS. MEDIDAS: 25,9 X 33,6 X 2,7 CM. PLACA: 5 X 3 CM. DISPONÍVEL NAS CORES: AZUL E CINZA CLARO.	12882	UN	255	R\$	71,04	R\$	18.115,20
	PASTA PARA ENTREGA DE CERTIFICADOS COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES: PAPEL SUPREMO; BOLSA DE 220MMX110MM NA TERCEIRA CAPA; GRAMATURA DE 250 GR/M²; APRESENTAÇÃO FOLHA DUPLA; 330 MM DE ALTURA X 440 MM DE LARGURA; PRIMEIRA CAPA (FRENTE) COM 315 MM DE ALTURA X 225 MM DE LARGURA; QUARTA CAPA (VERSO) COM 330MM DE ALTURA X 220MM DE LARGURA; CORTE EM VINCO; ARTE E MODELOS A SEREM ENVIADOS PELA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA							

38	UNIDADE SOLICITANTE; IMPRESSÃO: 4 CORES; FOTOLITO INCLUSO; PLASTIFICAÇÃO BRILHO FRENTE; TINTA ESCALA; SAÍDA EM CTP; DOBRA; FACA ESPECIAL; E O PRODUTO DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM PACOTES COM ATÉ 100 (CEM) UNIDADES, DEVENDO CONSTAR: QUANTIDADE E/OU PESO LÍQUIDO. O MODELO SERÁ FORNECIDO PELA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIDADE SOLICITANTE.	12882	UN	1320	R\$ 10,33	R\$ 13.635,60
39	PASTA ZIP ZAP GRANDE EM PVC CRISTAL TRANSPARENTE COM FECHAMENTO ZIP ZAP, MEDIDAS: 37X27CM, PESO APROXIMADO (G): 45 GRAMAS. COM ARTE A SER ENVIADA PELA COMUNICAÇÃO SOCIAL.	22039	UN	220	R\$ 10,79	R\$ 2.373,80
40	PENDRIVE METÁLICO DE 8GB (TIPO CHAVEIRO), COM PINTURA GRAFITE ESPELHADA E IMPRESSÃO MONOCROMÁTICA A LASER DO EMBLEMA DA UNIDADE SOLICITANTE (APENAS 01 LADO).	22039	UN	250	R\$ 28,49	R\$ 7.122,50
41	PLACA DE AÇO INOX AISI 304, COM GRAVAÇÕES EM ALTO RELEVO, ACABAMENTO ESPELHADO, FIXADA EM ESTOJO DE LUXO DE VELUDO AUTO- EXPOSITOR, COM LOGOMARCA DA UNIDADE SOLICITANTE. DIMENSÃO: 16X12 CM - AÇO INOX PRETO, LOGO CONTENDO CORES.	20770	UN	150	R\$ 152,19	R\$ 22.828,50
42	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE PORTAS EM ACRILICO 13 X 31CM LETRAS EM BAIXO RELEVO, NO PROCESSO DE FOTOCORROSÃO. CONFORME MODELO A SER FORNECIDO PELA UNIDADE SOLICITANTE.	5452	UN	40	R\$ 107,64	R\$ 4.305,60
	PLACAS EM AÇO INOX AISI 304 MIRROR 1MM, PROCESSO DE FOTO CORROSÃO, COM					

43	PINTURA, MEDINDO 30 X 20 CM, SOBRE VIDRO BISOTÊ DE 5MM NO TAMANHO 38 X 28 CM, EM ESTOJO DE VELUDO NA COR PRETA, APLICADA UMA TARJETA EM METAL DOURADO NA TAMPA GRAVADO. CONFORME MODELO A SER FORNECIDO PELA UNIDADE SOLICITANTE.	18597	UN	88	R\$ 475,55	R\$ 41.848,40
44	PLACAS EM AÇO INOX AISI 304, GRAVADA NO PROCESSO DE FOTO CORROSÃO EM ALTO RELEVO ESPELHADO, FUNDO FOSCO SEM PINTURA, COM APLICAÇÃO DE FOTO OU TEXTO EM ALTO/BAIXO RELEVO; COM OU SEM PINTURA MEDINDO 16 X 12 CM, NA ESPESSURA DE 1 MM E ACONDICIONADA EM ESTOJO. CONFORME MODELO A SER FORNECIDO PELA UNIDADE SOLICITANTE.	18597	UN	70	R\$ 477,99	R\$ 33.459,30
45	PLACAS EM AÇO INOX AISI 304, GRAVADA NO PROCESSO DE FOTO CORROSÃO EM ALTO RELEVO ESPELHADO, FUNDO FOSCO SEM PINTURA, COM APLICAÇÃO DE FOTO OU TEXTO EM ALTO/BAIXO RELEVO; COM OU SEM PINTURA MEDINDO 20 X 15 CM, NA ESPESSURA DE 0,5 MM E ACONDICIONADA EM ESTOJO. CONFORME MODELO A SER FORNECIDO PELA UNIDADE SOLICITANTE.	18597	UN	90	R\$ 190,57	R\$ 17.151,30
	PLACAS EM AÇO INOX AISI 304, GRAVADA NO PROCESSO DE FOTO CORROSÃO EM ALTO RELEVO ESPELHADO, FUNDO FOSCO SEM PINTURA, COM APLICAÇÃO DE FOTO OU TEXTO EM ALTO/BAIXO RELEVO; COM OU SEM PINTURA MEDINDO 21 X 15 CM, NA ESPESSURA DE 1 MM E ACONDICIONADA EM ESTOJO. CONFORME MODELO A SER					

46	FORNECIDO PELA UNIDADE SOLICITANTE.	18597	UN	65	R\$ 264,59	R\$ 17.198,35
47	RECEITUÁRIO GERAL, CONFECCIONADO EM PAPEL APERGAMINHADO 63 GR/M2, TAMANHO 14,5 X 21 CM, 1X0 COR PRETA, BLOCO COM 50 FOLHAS, 50 X 1, FOTOLITO INCLUSO. MODELO A SER FORNECIDO PELO ESQUADRÃO DE SAÚDE DE LAGOA SANTA.	18929	UN	100	R\$ 8,94	R\$ 894,00
48	SACOLA AZUL 30 X 11,5 X 35 EM APERGAMINHADO 180G/M² COM ARTE A SER ENVIADA PELA SEÇÃO DE COM. SOCIAL DA UNIDADE REQUISITANTE.	22330	UN	250	R\$ 7,90	R\$ 1.975,00
49	SACOLA DE PAPEL CARTÃO NA COR AZUL, CÓDIGO DE CORES: RGB (0; 51; 160), COM GRAMATURA ENTRE 240 E 300 GRAMAS, COM AS DIMENSÕES DE 35 CM (ALTURA) X 30 CM (LARGURA) X 15 CM (PROFUNDIDADE), COM ALÇA DE NYLON NA COR BRANCA, E COM O EMBLEMA DA UNIDADE SOLICITANTE IMPRESSO EM CORES NOS 02 (DOIS) LADOS DA SACOLA.	22330	UN	700	R\$ 11,77	R\$ 8.239,00
50	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PORTA RETRATO DE PAREDE, GUARNECIDO POR VIDRO E MOLDURA SIMPLES METÁLICA, COM FOTOGRAFIA EM ALTA RESOLUÇÃO PRETO E BRANCA REMOVÍVEL, CUJO ARQUIVO DIGITAL SERÁ FORNECIDO PELA CONTRATANTE, MEDINDO 30 CM X 40 CM, COM MOLDURA DE 4 CM DE LARGURA.	18597	UN	18	R\$ 203,53	R\$ 3.663,54
	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PORTA RETRATO DE PAREDE, GUARNECIDO POR VIDRO E MOLDURA SIMPLES METÁLICA, COM FOTOGRAFIA EM ALTA RESOLUÇÃO PRETO E BRANCA REMOVÍVEL, CUJO ARQUIVO DIGITAL SERÁ FORNECIDO PELA CONTRATANTE, MEDINDO					

51	40 CM X 50 CM, COM MOLDURA DE 4 CM DE LARGURA.	13137	UN	20	R\$ 264,96	R\$ 5.299,20
52	SQUEEZE ALUMÍNIO DE 600ML COM PINTURA BRILHANTE, COM TAMPA PLÁSTICA ROSQUEÁVEL, ALÇA E TAMPA PROTETORA PARA O BOCAL, 21,1 CM X 8,8 CM X 22,6 CM, 113G. ARTE A SER ENVIADA PELA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIDADE SOLICITANTE.	22039	UN	715	R\$ 22,33	R\$ 15.965,95
53	TAPETE PARA MOUSE (MOUSE-PAD) PERSONALIZADO C/ LOGO DA UNIDADE SOLICITANTE (12CM X 15CCM) PRETO, BASE EMBORRACHADA ANTIDERRAPANTE, TAMANHO MÍNIMO 21 X 24CM. A SER ENVIADA PELA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIDADE SOLICITANTE.	15865	UN	450	R\$ 10,77	R\$ 4.846,50
54	BOLSA ESTILO NECESSAIRE, FORMATO ESTILO PORTA CHUTEIRA NA COR AZUL ESCURO OU PRETA, FEITA DE MATERIAL POLIESTER COM ALÇA EM UMA LATERAL E COM ZIPPER NA PARTE SUPERIOR COM CAPACIDADE TOTAL DE 09L, E COM ARTE SILCADAS NA LATERAL, NAS MEDIDAS DE 18X35X15 (AXLXP). ARTE A SER ENVIADA POSTERIORMENTE	22551	UN	530	R\$ 37,27	R\$ 19.753,10
55	PLACA HOMENAGEM PERSONALIZADO, PRODUZIDO EM ACRÍLICO CRISTAL TRANSLUCIDO, PERSONALIZAÇÃO REALIZADA EM IMPRESSÃO DIGITAL, NAS DIMENSÕES DE 22,CM X 19CM (ALTURA X LARGURA), COM ESPESSURA DE 1CM, ACOMPANHADA DE BASE NA COR PRETA MEDINDO 21CM X 5CM (COMPRIMENTO X LARGURA). ARTE A SEREM ENVIADAS POSTERIORMENTE	18597	UN	220	R\$ 70,73	R\$ 15.560,60

56	ADESIVO DE VINIL TRANSPARENTE OU COLORIDO PERSONALIZADA, NAS DIMENSÕES 4CM X 3CM, COM ARTE A SEREM ENVIADAS POSTERIORMENTE	18961	UN	500	R\$ 1,92	R\$ 960,00
57	SQUEZE DOBRÁVEL NA COR AZUL E PERSONALIZADA, EM PE COM BICO DE SISTEMA "PUSH-PULL" CONTÉM UMA TAMPA TRANSPARENTE, COM CAPACIDADE DE 460 ML E COM MEDIDAS 120 X 265 X 30 MM. ARTE A SEREM ENVIADAS POSTERIORMENTE.	22039	UN	850	R\$ 10,49	R\$ 8.916,50
58	SACOLA PLÁSTICA, ALÇA VAZADA, NAS MEDIDAS 20CM X 30CM, NA COR BRANCA COM ARTE A SER INCLUIDA EM UM LADO. ARTE A SER ENVIADA POSTERIORMENTE	22039	UN	650	R\$ 1,95	R\$ 1.267,50
59	PAPEL TÉRMICO QUADRICULADO, 210MM X 20M, PARA ELETROCARDIOGRAFO RITMUS 1200	6491	UN	1000	R\$ 32,88	R\$ 32.880,00
60	PAPEL TÉRMICO PARA FAX, 215MM X 30M	4278	UN	1000	R\$ 30,45	R\$ 30.450,00
61	FICHA DE INSPEÇÃO DE SAÚDE, MODELO REGULAR, TAMANHO A4. MODELO A SER FORNECIDO PELA JS DO GSAU-LS.	3735	UN	1000	R\$ 0,83	R\$ 830,00
62	CAIXA ARQUIVO MORTO, TAMANHO 250 X 130 X 350MM, POLIONDAS	14036	UN	500	R\$ 12,50	R\$ 6.250,00
63	PASTA DE ARQUIVO INTERNA, ABA DE CORTE 1 /3, TAMANHO CARTA	20982	UN	1000	R\$ 1,63	R\$ 1.630,00
	FRAGMENTADORA DE PAPEL COM CAPACIDADE DE CORTE DE 15 FOLHAS A4, 1 CD/DVD, 1 CARTÃO, TIPO DE CORTE EM PARTÍCULAS DE TAMANHO 4*35MM, LARGURA DA ENTRADA 220MM; VELOCIDADE DE CORTE 2,6 M/MIN (15 FOLHAS); COM NÍVEL DE SEGURANÇA P4 OU SUPERIOR; FUNÇÕES DE CORTE PAPEL /CARTÃO DE CRÉDITO / GRAMPOS					

64	CD; CICLO DE CORTE =2,6 MIN; CAPACIDADE DA LIXEIRA 18 LITROS OU MAIS; NÍVEL DE RUÍDO =56DB; VOLTAGEM 110V; CICLO DE TRABALHO / DESCANSO 8MINS ON / 40MINS OFF	5991	UN	4	R\$ 1.716,67	R\$ 6.866,68
65	PORTA-RETRATOS DE PAREDE, MOLDURA DE MADEIRA ENVERNIZADA DE 4CM DE LARGURA COM FUNDO EM EUCATEX E VIDRO FRONTAL LISO MEDINDO 50CM X 40 CM, PARA ENCAIXE DE FOTOGRAFIA 40 CM X 30 CM.	13137	UN	8	R\$ 198,56	R\$ 1.588,48
66	ETIQUETA DE MATERIAL AVARIADO (AMARELA) ESPECIFICAÇÃO – CHAMBRIL 180G, 15,5 X 8 CM CONFORME MODELO E QUANTIDADES A SEREM INFORMADOS PELA SUBDIVISÃO DE SUPRIMENTO DA DIVISÃO TÉCNICA DO PAMALS IMPRESSÃO NA FRENTE E VERSO	18902	UN	200000	R\$ 0,32	R\$ 64.000,00
67	ETIQUETA DE MATERIAL CONDENADO (VERMELHA) ESPECIFICAÇÃO – CHAMBRIL 180G, 15,5 X 8 CM. CONFORME MODELO E QUANTIDADES A SEREM INFORMADOS PELA SUBDIVISÃO DE SUPRIMENTO DA DIVISÃO TÉCNICA DO PAMALS IMPRESSÃO NA FRENTE E VERSO	18902	UN	150000	R\$ 0,31	R\$ 46.500,00
68	ETIQUETA DE MATERIAL PERFEITO ESTADO (VERDE) ESPECIFICAÇÃO – CHAMBRIL 180G, 15,5 X 8 CM CONFORME MODELO E QUANTIDADES A SEREM INFORMADOS PELA SUBDIVISÃO DE SUPRIMENTO DA DIVISÃO TÉCNICA DO PAMALS IMPRESSÃO NA FRENTE E VERSO IMPRESSÃO NA FRENTE E VERSO	18902	UN	300000	R\$ 0,31	R\$ 93.000,00
	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR LARANJA, MEDINDO 120,00MM DE LARGURA E 120,00MM DE					

69	ALTURA, NA FONTETIMES NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DA ETIQUETA.COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O MODELO Nº 1, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	18961	UN	1000	R\$ 4,53	R\$ 4.530,00
70	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR LARANJA, MEDINDO 120,00MM DE LARGURA E 120,00MM DE ALTURA, NA FONTETIMES NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DA ETIQUETA.COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O MODELO Nº 1.4, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	10111	UN	1000	R\$ 4,53	R\$ 4.530,00
71	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR LARANJA, MEDINDO 120,00MM DE LARGURA E 120,00MM DE ALTURA, NA FONTETIMES NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DA ETIQUETA.COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O MODELO Nº 1.5, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	18902	UN	1000	R\$ 4,44	R\$ 4.440,00
72	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR LARANJA, MEDINDO 120,00MM DE LARGURA E 120,00MM DE ALTURA, NA FONTETIMES NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DA ETIQUETA.COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O MODELO Nº 1.6, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	18961	UN	1000	R\$ 4,50	R\$ 4.500,00
73	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR VERMELHA, MEDINDO 120,00MM DE LARGURA E 120,00MM DE ALTURA, NA FONTETIMES NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DA ETIQUETA.COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O MODELO Nº 2, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	18961	UN	1000	R\$ 4,47	R\$ 4.470,00

74	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR VERDE, MEDINDO 120,00MM DE LARGURA E 120,00MM DE ALTURA, NA FONTETIMES NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DA ETIQUETA.COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O MODELO Nº 2.2, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	18961	UN	1000	R\$	4,51	R\$	4.510,00
75	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR BRANCA, MEDINDO 120,00MM DE LARGURA E 120,00MM DE ALTURA, NA FONTETIMES NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DA ETIQUETA.COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O MODELO Nº 2.3, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	18961	UN	1000	R\$	4,40	R\$	4.400,00
76	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR BRANCA E VERMELHA, MEDINDO 120,00MM DE LARGURA E 120,00MM DE ALTURA,NA FONTE TIMES NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DA ETIQUETA. COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O MODELO Nº4.1, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	18961	UN	1000	R\$	4,53	R\$	4.530,00
77	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR BRANCA E VERMELHA, MEDINDO 120,00MM DE LARGURA E 120,00MM DE ALTURA,NA FONTE TIMES NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DAETIQUETA. COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O MODELO Nº4.2, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	18961	UN	1000	R\$	4,59	R\$	4.590,00
	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR AZUL, MEDINDO 120,00MM DE LARGURA E 120,00MM DE ALTURA, NA FONTE TIMES							

78	NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DA ETIQUETA. COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O MODELO Nº 4.3, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	18961	UN	1000	R\$ 4,66	R\$ 4.660,00
79	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR AMARELA, MEDINDO 120,00MM DE LARGURA E 120,00MM DE ALTURA, NA FONTETIMES NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DA ETIQUETA.COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O MODELO Nº 5.1, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	18961	UN	1000	R\$ 4,53	R\$ 4.530,00
80	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR BRANCA, MEDINDO 120,00MM DE LARGURA E 120,00MM DE ALTURA, NA FONTETIMES NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DA ETIQUETA.COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O MODELO Nº 6.1, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	18961	UN	1000	R\$ 4,61	R\$ 4.610,00
81	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR BRANCA E PRETA, MEDINDO 120,00 MM DE LARGURA E 120,00 MM DE ALTURA, NAFONTE TIMES NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DAETIQUETA. COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O MODELO Nº8, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	18961	UN	1000	R\$ 4,56	R\$ 4.560,00
	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR BRANCA E PRETA, MEDINDO 120,00 MM DE LARGURA E 120,00 MM DE ALTURA, NAFONTE TIMES NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DAETIQUETA. COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O					

82	MODELO Nº9, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	18961	UN	1000	R\$ 4,59	R\$ 4.590,00
83	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR BRANCA E PRETA, MEDINDO 120,00 MM DE LARGURA E 120,00 MM DE ALTURA, NAFONTE TIMES NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DAETIQUETA. COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O MODELO Nº9.0, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	18961	UN	1000	R\$ 4,60	R\$ 4.600,00
84	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR LARANJA, MEDINDO 120,00MM DE LARGURA E 120,00MM DE ALTURA, NA FONTETIMES NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DA ETIQUETA.COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O MODELO “CARGO AIRCRAFT ONLY CAO”, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	18961	UN	1000	R\$ 4,59	R\$ 4.590,00
85	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR BRANCA, MEDINDO 120,00MM DE LARGURA E 150,00MM DE ALTURA, NA FONTETIMES NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DA ETIQUETA.COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O MODELO “FRÁGIL1-1”, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	18961	UN	1000	R\$ 4,77	R\$ 4.770,00
86	ETIQUETA ADESIVA CONFECCIONADA EM VINIL, NA COR VERMELHA, MEDINDO 120,00MM DE LARGURA E 120,00MM DE ALTURA, NA FONTETIMES NEW ROMAN, TAMANHO PROPORCIONAL À AREA DA ETIQUETA.COM OS TEXTOS E DESENHOS DE ACORDO COM O MODELO “FRÁGIL2-1”, A SER FORNECIDO PELA OM SOLICITANTE	18961	UN	1000	R\$ 4,65	R\$ 4.650,00
	CALENDÁRIO DE MESA					

	<p>COM PERSONALIZAÇÃO VISUAL CONFORME ARTE A SER FORNECIDA PELA UNIDADE SOLICITANTE.</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS DA PEÇA MONTADA: 17,8 CM (L) X 14 CM (A) X 6 CM (P); ÁREA VISÍVEL DA BASE: APROXIMADAMENTE 17,8 CM X 1,5 CM.</p> <p>COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA: COMPOSTO POR 14 (QUATORZE) PÁGINAS (7 VIAS), PERMITINDO A VISUALIZAÇÃO DOS 12 MESES DO ANO QUANDO ABERTO; ENCADERNAÇÃO: WIRE-O EM METAL NA COR BRANCA, GARANTINDO FACILIDADE DE MANUSEIO E GIRO DAS PÁGINAS; BASE RÍGIDA QUE SUSTENTA O CALENDÁRIO EM POSIÇÃO VERTICAL SOBRE SUPERFÍCIES PLANAS.</p> <p>MATERIAIS: BASE: PAPEL CARTÃO DE ALTA GRAMATURA (EX.: 300 G OU SIMILAR), CONFERINDO RESISTÊNCIA E DURABILIDADE AO SUPORTE; MIOLO (PÁGINAS): PAPEL COUCHÉ FOSCO 150 G (OU SIMILAR), ADEQUADO PARA IMPRESSÃO COLORIDA DE ALTA QUALIDADE; IMPRESSÃO EM CORES (4/4) CONFORME ARTE APROVADA.</p> <p>PERSONALIZAÇÃO: POSSIBILIDADE DE PERSONALIZAÇÃO TOTAL COM ARTE INSTITUCIONAL /LOGOMARCA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, INCLUINDO CAPA, BASE E PÁGINAS; INCLUSÃO DE DATAS COMEMORATIVAS E FERIADOS NACIONAIS CONFORME REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL, OU OUTROS ELEMENTOS GRÁFICOS PERTINENTES AO USO OFICIAL.</p>						
87		22039	UN	1000	R\$	6,07	R\$ 6.070,00
	CADERNO PERSONALIZADO, FORMATO 15 X 21 CM (A5),						

ACABAMENTO TIPO CAPA MOLE. FORMATO E ESTRUTURA: DIMENSÕES FINAIS APROXIMADAS: 15 CM X 21 CM (FORMATO A5); ENCADERNAÇÃO TIPO WIRE-O METÁLICO DUPLO ANEL, NA COR BRANCA, APLICADO NA LATERAL ESQUERDA; PERFURAÇÃO ADEQUADA AO SISTEMA WIRE-O, GARANTINDO RESISTÊNCIA AO MANUSEIO CONTÍNUO. CAPA: CAPA MOLE CONFECCIONADA EM PAPEL CARTÃO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 250 G/M²; IMPRESSÃO COLORIDA (4X0 CORES OU 4X4 CORES, CONFORME ARTE FORNECIDA PELA CONTRATANTE); ACABAMENTO COM LAMINAÇÃO PLÁSTICA BRILHANTE (BOPP BRILHO) EM TODA A ÁREA EXTERNA DA CAPA, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA; MIOLO: EM PAPEL BRANCO, GRAMATURA MÍNIMA DE 75 G/M²; IMPRESSÃO EM 1X1 COR (PRETO FRENTE E VERSO); QUANTIDADE DE FOLHAS: 80 FOLHAS, IMPRESSÃO PAUTADA, CONFORME ARTE INSTITUCIONAL A SER DISPONIBILIZADA PELA ADMINISTRAÇÃO. LÂMINAS ESPECIAIS: INCLUSÃO DE 01 (UMA) LÂMINA DE APRESENTAÇÃO, PERSONALIZADA CONFORME LAYOUT INSTITUCIONAL; INCLUSÃO DE 01 (UMA) LÂMINA CONTENDO CALENDÁRIO E CAMPO PARA DADOS PESSOAIS; PERSONALIZAÇÃO: ARTE GRÁFICA A SER FORNECIDA PELA CONTRATANTE; A CONTRATADA DEVERÁ REALIZAR PROVA DIGITAL PARA APROVAÇÃO PRÉVIA ANTES DA PRODUÇÃO FINAL. QUALIDADE E ACABAMENTO: PRODUTO						
---	--	--	--	--	--	--

88	DEVERÁ APRESENTAR ACABAMENTO UNIFORME, SEM REBARBAS, MANCHAS, FALHAS DE IMPRESSÃO OU DESALINHAMENTO; A ENCADERNAÇÃO DEVERÁ PERMITIR ABERTURA DE 360° SEM DANIFICAR O MATERIAL.	18422	UN	1000	R\$	17,37	R\$	17.370,00
TOTAL							R\$	901.536,01

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do(a) assinatura do contrato ou instrumento substitutivo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. A vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) será de 1 (um) ano, sendo prorrogável por igual período (até o limite de 2 anos), conforme disposto no art. 22 do Decreto no 11.462/2023. A prorrogação da vigência ensejará a renovação dos quantitativos inicialmente registrados. Os preços serão passíveis de reajuste após o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data limite para apresentação das propostas, utilizando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) como indexador, desde que haja manifestação formal de interesse da Administração, com a devida comprovação da vantajosidade e da economicidade da manutenção do registro.

1.6. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

1.7. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade já previstos na descrição dos itens, a contratação deverá observar os requisitos mínimos estabelecidos com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e promoção do desenvolvimento nacional sustentável, conforme dispõe o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.2. Em observância à Instrução Normativa nº 01/2010 (atualizada em 19/08/2020), a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

I – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança (EPIs) necessários para a execução dos serviços de instalação de adesivos e banners, bem como para o manuseio de insumos químicos na produção gráfica;

II – Realizar a separação dos resíduos recicláveis gerados no processo produtivo (sobras de papel, aparas de lona e restos de metal das placas e medalhas), providenciando a destinação adequada às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

III – Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre gestão de resíduos sólidos e emissão de ruídos durante a instalação de sinalizações nas dependências da Organização Militar;

IV – Utilizar, preferencialmente, papéis de procedência certificada (FSC ou equivalente) e tintas à base de água ou com baixos índices de solventes (VOCs) nos itens de papelaria e impressão digital;

V – Assegurar que os itens destinados ao consumo humano, como canecas de porcelana (Item 15), copos em fibra de bambu (Item 21) e squeezes (Itens 52 e 57), sejam confeccionados com materiais isentos de Bisfenol A (BPA Free).

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir do recebimento da Nota de Empenho ou instrumento substitutivo pela Contratada.

5.1.2. Entrega do objeto: 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, em remessa parcelada.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.2.1. Grupamento de Apoio de Lagoa Santa, na Seção de Arquivo Geral do Grupamento de Apoio de Lagoa Santa – GAP-LS situado na Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, s/no – Bairro: Vila Asas - Lagoa Santa, CEP: 33236-085 Minas Gerais Minas Gerais;

5.2.2. Grupo de Saúde de Lagoa Santa, na Célula de Manutenção (CMan), localizado no Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa (PAMA-LS situado na Av. Brigadeiro Eduardo Gomes s/nº - vila asas - lagoa santa, CEP: 33236-028 - Minas Gerais;

5.2.3. Prefeitura De Aeronáutica De Lagoa Santa – PALS - na Subseção de Almoxarifado (SSALM), Rua Ícaro nº 42 - Bairro: Vila Asas - Lagoa Santa, CEP: 33236-032 - Minas Gerais;

5.2.4. Centro De Instrução E Adaptação Da Aeronáutica – Nas secretarias dos setores solicitantes - Rua Ten Aviador Doorgal Borges, s/nº – Bairro: CIAAR – Lagoa Santa, CEP: 33240-070 - Minas Gerais e;

5.2.5. Parque De Material Aeronáutico De Lagoa Santa na Seção de CDCP - situado na Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, s/no – Bairro: Vila Asas - Lagoa Santa, CEP: 33236-085 - Minas Gerais.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: horário de expediente administrativo segunda a sexta-feira (08:00h às 12:00h e das 13:30h às 16:00h em dias de expediente normal e das 08:00h às 11:45h em dias de meio expediente).

Especificação da garantia do serviço

5.4. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice A deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.9.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.24.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.24.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA /IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.35. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.36. Após o interregno de um ano, e mediante solicitação do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.37. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.38. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.39. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.40. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.41. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.42. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.43. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A30]

7.43.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.43.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.43.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.43.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.44. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2% (zero vígula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira (apenas para o item 68)

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 5% do valor estimado do item.

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.31.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.32.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.40.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.40.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.40.6.1. ata de fundação;

9.40.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.40.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.40.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.40.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.40.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.40.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 901.536,01 (novecentos e um mil quinhentos e trinta e seis reais e um centavo), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2.1 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.5. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.6. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.1.20. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.21. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.26. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.1.27. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.1.28. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.1.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.1.30. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.1.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.1.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.1.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.1.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.1.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.1.36. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

4.1.36.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.1.36.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.1.36.3. florestas plantadas; e

4.1.36.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.1.37. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

4.1.37.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

4.1.37.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

4.1.37.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

4.1.37.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

4.1.38. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.1.39. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

4.1.40. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.1.40.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

4.1.40.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

4.1.40.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.40.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.41. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.1.42. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.1.43. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.1.43.2. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.1.43.3. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.1.43. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.1.43. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.1.44. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.1.45. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

4.1.46. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

4.1.47. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

6.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.5.3. Indenizações e multas.

6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PYTERSON DA SILVA BRANDAO

Chefe da Seção de Planejamento

HEITOR DOS SANTOS ROZA

Agente de Controle Interno

BARBARA DA SILVA CAETANO

Ordenadora de Despesas



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo de Referência 45/2026
Data/Hora de Criação:	18/03/2026 18:24:13
Páginas do Documento:	47
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	48
Hash MD5:	7ebad92bbebaeff4dc109cb306616764
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten PYTERSON DA SILVA BRANDÃO no dia 20/03/2026 às 10:12:49 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento FILIPE LUIZ RAMALHO DE PAIVA no dia 06/04/2026 às 10:02:43 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel BÁRBARA DA SILVA CAETANO no dia 13/04/2026 às 18:08:34 no horário oficial de Brasília.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo de Referência 45/2026
Data/Hora de Criação:	28/04/2026 17:41:06
Páginas do Documento:	47
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	48
Hash MD5:	fa31b4b6367c5fc8376ae51eb5b85484
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten PYTERSON DA SILVA BRANDÃO no dia 28/04/2026 às 15:15:27 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major HEITOR DOS SANTOS ROZA no dia 05/05/2026 às 12:59:07 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel BÁRBARA DA SILVA CAETANO no dia 11/05/2026 às 15:09:46 no horário oficial de Brasília.